

A teoria social e o teste da política *Pierre Bourdieu e Anthony Giddens¹*

Os anos 1990 apresentaram aos teóricos sociais um aspecto particularmente contraditório². Por um lado, o clima ideológico foi dominado pelo colapso da União Soviética e suas extensões na Europa oriental. Enquanto isso, as tendências intelectuais de maior notoriedade assumiram diferentes formas – por exemplo, o anúncio do Fim da História, por Fukuyama, e o enrincheiramento do pós-modernismo como ortodoxia reinante em extensas zonas da academia – todas elas fizeram a mesma inferência: o capitalismo liberal definitivamente triunfou sobre qualquer alternativa factível. Uma geração antes, Sartre havia considerado o marxismo “o húmus de todo pensamento particular e o horizonte de toda a cultura” (SARTRE, 1960, p. 17). Agora, era o Liberalismo que fornecia a moldura compreensiva em que ocorria o debate político, social e econômico. Onde, outrora, tal debate tivera que considerar os méritos de sistemas sociais rivais, agora, na melhor das hipóteses, a escolha se dava entre diferentes tipos de capitalismo (ALBERT, 1993).

¹ Do original “Social theory put to the test of politics: Pierre Bourdieu and Anthony Giddens”, publicado na *New Left Review* (1/236, julho-agosto de 1999). Direitos autorais concedidos pela *New Left Review*. Tradução de André Villalobos.

² Sou grato a Perry Anderson, Tom Baldwin, Sebastian Budgen (que também foi muito prestativo em fornecer textos relevantes), Matt Mettravers, e Susan Mendus por seus comentários sobre este artigo, quando em rascunho.

Até aqui, o assunto é familiar. Mas, para além da academia e do mundo dos formadores de opinião, as sociedades capitalistas avançadas continuaram a apresentar as mesmas deficiências que haviam originalmente motivado a busca por algo melhor. As antigas injustiças e sofrimentos persistiram, se é que não se agravaram. Na maioria das democracias liberais do Ocidente, as desigualdades socioeconômicas se ampliaram e cresceu a pobreza absoluta, ao passo que os regimes fiscais neoliberais engendraram freqüentemente drásticas reduções na provisão de bem-estar social. Enquanto isso, durante a maior parte da década, duas das três zonas principais do capitalismo avançado – o Japão e a Europa continental – sofreram de uma crônica estagnação econômica. O resultado foi um processo de polarização de classe que, em alguns países, provocou lutas sociais em larga escala. Na França, onde os conflitos foram mais intensos, notavelmente nas greves do setor público de novembro-dezembro de 1995, a *fracture sociale* tornou-se um importante tema de debate político e intelectual (BÉROUD, 1998)³. A reação popular à polarização social varreu os partidos social-democratas do poder na União Européia na segunda metade dos anos 1990.

Um teste importante para qualquer teoria social que aspire a ser atual, que busque se envolver com o presente, reside em sua capacidade para interpretar com sucesso esse estado de coisas carregado de tensão. E, ao formular tal interpretação, o analista precisa enfrentar a seguinte questão: qual é – como costumavam dizer os maoístas – o aspecto dominante da contradição? É o triunfo ideológico do liberalismo ou a *fracture sociale* e os conflitos e movimentos que ela traz em seu rastro? É claro que muito depende da resposta que se dê a esta questão – e, decerto, de reconhecer-se ou não a existência dessa contradição, pois uma das características do presente estado da teoria social é a recusa de muitos em reconhecer a existência dos processos de polarização social referidos no parágrafo anterior. O interesse dos livros aqui resenhados, de dois importantes sociólogos, Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, é o fato de eles representarem respostas bastante distintas a essa situação⁴.

³ Para um incisivo levantamento a respeito desses debates, e das intervenções nos mesmos, ver Béroud et al. (1997).

⁴ Bourdieu, P. *Contre-feux*: propos pour servir à la résistance contre l'invasion néo-libérale. Paris: Editions Raisons d'Agir, 1998. Traduzido para o inglês como *Acts of resistance*: against the new myths of our time. Cambridge: Polity, 1999; e Giddens, A. *The third way: the renewal of social democracy*. Cambridge: Polity, 1999.

Trajetórias paralelas

Em certo sentido, Bourdieu e Giddens são figuras comparáveis. Ambos começaram a ganhar notoriedade nos anos 1970, num clima intelectual muito diferente do atual. O renascimento do marxismo na academia, ensejado pelos tumultos da década anterior, estabeleceu uma agenda à qual tinham que responder os teóricos sociais críticos ligados a outras orientações intelectuais. Simultaneamente, uma categoria filosófica que não houvera sido anteriormente ameaçada de modo muito direto por nenhuma variante da teoria social – o sujeito, concebido como um centro de decisões independente e, muitas vezes, também como sujeito de conhecimento – foi destronada e desmantelada pelas diferentes versões do estruturalismo e, posteriormente, pelo pós-estruturalismo que emanava de Paris⁵.

Foi em contraposição a esse pano de fundo que emergiram tanto Giddens como Bourdieu. Intelectualmente, eles buscavam ocupar um espaço situado em algum ponto entre a tradição sociológica clássica e o materialismo histórico. Ambos – Bourdieu talvez mais prontamente – recusavam as pretensões de uma ciência social supostamente livre de valores. Tanto um como o outro eram teóricos sociais críticos, preocupados em expor as raízes da dominação social como parte do que parecia ser um projeto emancipacionista – embora um tanto vagamente especificado –, mas, ao mesmo tempo, procuravam distanciar-se do que rejeitavam como ortodoxia de esquerda. Metodologicamente, ambos buscavam encontrar uma *via média* entre, por um lado, a dissolução anti-humanista do sujeito, praticada pelo estruturalismo e pelo pós-estruturalismo – e pode-se dizer que também implícita na sociologia funcionalista –, e, por outro lado, a redução das estruturas sociais a emanações da subjetividade individual, comum tanto à escolha racional como à tradição fenomenológica.

Dos dois, Bourdieu seria provavelmente reconhecido como tendo alcançado a realização mais substancial – principalmente em *A distinção* (1979), seu grande estudo sobre as maneiras pelas quais os julgamentos estéticos funcionam como formas de discriminação de classe. Mas ninguém poderia descartar a obra de Giddens como desimportante. Em particular, a sua *Crítica contemporânea do materialismo histórico* (1981) lançou um poderoso desafio à pretensão marxista de compreender o curso da história humana e, com

⁵ As características dominantes dessa conjuntura intelectual estão bem retratadas em Anderson (1983).

isso, serviu como precursor das grandes sociologias históricas publicadas subsequente por Michael Mann e W.G. Runciman⁶. Não foi, portanto, uma surpresa a ascensão de ambos, Bourdieu e Giddens, a posições de liderança na academia – respectivamente, uma cátedra no *Collège de France* e a direção da *London school of economics*.

Anthony Giddens: renovando a Social Democracia?

Contudo, apesar de todos esses paralelos, os novos livros de Giddens e Bourdieu representam trajetórias nitidamente diferentes em resposta à situação esboçada no início desta resenha. Considerando inicialmente *A terceira via*, de Giddens, não é injusto dizer que esta definitivamente representa seu acerto de contas com o capitalismo liberal. Isso é, em certo sentido, irônico, posto tratar-se do livro mais diretamente político de Giddens, o qual, mais explícita e sistematicamente do que obras anteriores, busca estabelecer uma estratégia para a esquerda. Mas o faz no interior de um marco desabridamente *New labor* e, de fato, tornou-se um clichê da mídia descrever Giddens como o sociólogo favorito de Tony Blair.

O ponto de partida de *A terceira via* é “a morte do socialismo”, “pelo menos como um sistema de administração econômica” (GIDDENS, 1999, p. 2-3). Para onde isso conduz a esquerda? O problema, argumenta Giddens, é como transcender o falso dilema entre social democracia clássica e neoliberalismo. Posto que esse dilema é uma versão muito escassamente disfarçada da dicotomia blairiana padrão entre o Velho Trabalhismo e o Conservadorismo Thatcherista, o primeiro irremediavelmente estatista e coletivista, o segundo apegado ao “fundamentalismo de mercado”, não é de surpreender que a *Aufhebung* devesse assumir a forma da Terceira Via. Esta expressão tornou-se, naturalmente, a fórmula canônica usada para caracterizar o que há de comum nas políticas dos governos de Blair e Clinton nos lados opostos do Atlântico. Como Giddens atuou em seminários na Casa Branca dedicados a explorar os fundamentos filosóficos dessas políticas, ele está especialmente bem qualificado para interpretar a fórmula.

Os resultados são desapontadoramente escassos. *A terceira via* deve ser um dos piores livros de autoria de um teórico social importante. Se for exagerado dizer que ele se parece com um discurso de Blair expresso em outras

⁶ Para respostas marxistas a *A contemporary critique*, ver Wright (1983) e Callinicos (1985a).

palavras, o exagero, não obstante, capta algo do caráter do livro. Giddens nos precipita numa sucessão de grandes questões teóricas – assim, os críticos da teoria da globalização (da qual ele foi um dos principais impulsionadores) são descartados em poucos parágrafos – de modo a avançar para o cerne do livro, que compreende uma tentativa de mapear a agenda das políticas de Blair e Clinton. Esta é sumariada na seguinte lista (Id., p. 70), de um dos muitos quadros espalhados pelo livro:

<p>O programa da Terceira Via</p> <p>O centro radical</p> <p>O novo Estado democrático (o Estado sem inimigos)</p> <p>Sociedade civil ativa</p> <p>A família democrática</p> <p>A nova economia mista</p> <p>Igualdade como inclusão</p> <p>Assistência social positiva</p> <p>O Estado de investimento social</p> <p>A nação cosmopolita</p> <p>Democracia cosmopolita</p>
--

Os *slogans* nessa lista não são completamente vazios como poderiam parecer à primeira vista. Mas envolvem uma abundante confusão entre desejo e realidade, e redefinições mais ou menos tácitas. Dessa forma, apenas ignorando resolutamente as principais tendências da política mundial, e as políticas de imigração da maioria das democracias liberais, é possível evitar que o conceito de “nação cosmopolita” escorregue através da fronteira que separa o razoável do absurdo. Entretanto, a idéia associada, de um “Estado sem inimigos”, nos conduz realmente ao domínio da mera apologia, dada a determinação do governo Clinton (usualmente seguida de perto pelo Novo Trabalhismo) de construir e demonizar inimigos – ontem Saddam Hussein, hoje Slobodan Milosevic, talvez amanhã a China – contra os quais se pode preparar, ameaçar, e mesmo empreender a guerra.

Giddens não abandona o objetivo de diminuir as desigualdades de riqueza e de renda, mas, redefinindo igualdade como inclusão, desloca o foco de atenção do como atingir esse objetivo para a busca de políticas concebidas para recriar – ou inventar – um sentido de pertencimento à mesma sociedade

tanto no topo como na base da estrutura social. Assim, “limitar a exclusão voluntária das elites é central para criar uma sociedade mais inclusiva na base”. A inclusão de uma “meritocracia limitada” entre os traços definidores de tal sociedade torna claro que uma “sociedade inclusiva” é perfeitamente consistente com a persistência da desigualdade social (Id., p. 105).

Bradley e Blair

Há, na verdade, uma sensação um tanto hegeliana quanto à visão de Giddens sobre a social democracia contemporânea. A imagem evocada é a de uma ordem social complexa e estruturada, na qual o indivíduo é livre para buscar gratificações privadas desde que admita os deveres requeridos pela cidadania. Outro quadro listando “valores de terceira via” contrabalança a “liberdade como autonomia” com a exigência de que não haja “direitos sem responsabilidades” (Id., p. 66). É certo que uma ênfase em deveres em contraposição a direitos caracterizou, desde o início, o “projeto” do Novo Trabalhismo⁷. Mas, em Giddens, o tema é parte de um esforço mais amplo para manter unido um conjunto de exigências contraditórias no interior de um todo mais ou menos harmônico. Aqui, fazem-se ouvir vagos ecos do famoso ensaio de F.H. Bradley “My Station and its Duties” [“Minha posição social e seus deveres”].

Há, efetivamente, pontos em que Giddens se torna vulnerável à acusação com que seus críticos visaram os hegelianos britânicos, a saber, que estes usaram uma linguagem grandiloqüente para obliterar conflitos reais. Um exemplo notório dessa tendência surge quando ele discute a velhice. Giddens propõe que “deveríamos avançar, abolindo a idade fixa para a aposentadoria e vendo as pessoas idosas como um recurso ao invés de um problema. A categoria de pensionista deixará, então, de existir” (Id., p. 120). Sua intenção não é a de sugerir – como exultantemente inferiram jornalistas conservadores – que o problema da velhice e de como financiá-la possa ser removido por meio de uma mera redefinição de categorias, mas o incessante fluxo de verbosidade edificante pode levar o leitor impaciente ou confuso a acreditar que ele o faz⁸.

Através disso tudo, Giddens permanece suficientemente crítico e bem informado para não sucumbir aos piores excessos do Blairismo. Ele escreve,

⁷ Ver, por exemplo, Blair, em Allied Dunbar Lecture, *Spectator*, 25 de março de 1995.

⁸ O comentário hostil sobre esta passagem feito pelo *Sunday telegraph* é registrado com malicioso prazer por Runciman (1998, p. 33).

por exemplo, que “a idéia de que a educação pode reduzir as desigualdades de uma maneira direta deve ser encarada com algum ceticismo. Uma grande quantidade de pesquisas comparativas, nos Estados Unidos e na Europa, demonstra que a educação tende a refletir desigualdades econômicas mais amplas, e estas têm que ser atacadas na fonte” (GIDDENS, 1999, p. 110). O sentido geral desses e outros comentários é o de situar Giddens na ala esquerda do reconhecidamente estreito espectro político constituído pelo Novo Trabalhismo⁹.

Não obstante, *A terceira via* não é tanto uma argumentação poderosa em prol de uma social democracia remodelada, quanto um sintoma antes depressivo da própria evolução intelectual e política de Giddens para a direita. Teoricamente, a fase decisiva nesse processo parece ser a de seus escritos sobre a “modernização recente”, do início dos anos 1990¹⁰. Tais escritos refletem o impacto que teve sobre o seu pensamento a teoria da modernização reflexiva, desenvolvida por Ulrich Beck em *A sociedade de risco* (1986). Com efeito, Beck argumenta que, no final do século XX, o processo de modernização se nutre cada vez mais de si mesmo. Estruturas que eram constitutivas da sociedade industrial – classe social, família nuclear, organização burocrática – são progressivamente solapadas por um processo de “individualização” que torna o indivíduo responsável tanto por sua identidade pessoal como por sua posição no mercado de trabalho. No “capitalismo *sem* classes, mas com desigualdade social individualizada”, resultante desse processo, o conflito se desloca da estrutura de classes para a luta entre mulheres e homens para, continuamente, renegociar seus relacionamentos pessoais, e para os movimentos que buscam responder às novas formas de risco geradas pelas conseqüências inesperadas da aplicação sistemática do conhecimento científico à dominação da natureza (BECK, 1992, p. 88)¹¹.

Liberdade e risco

Giddens segue Beck na ênfase sobre o alcance da realização individual oferecida pela “modernidade recente”. A crítica marxista da alienação não dá conta dessa questão. “A modernidade expropria – isso é inegável”, mas, apesar

⁹ Essas tensões são apontadas no texto mordaz de Elliot (1999, p. 3).

¹⁰ Ver especialmente Giddens (1990).

¹¹ Para uma discussão crítica sobre a “modernidade recente” em Beck e Giddens, ver Callinicos (1999, p. 299-305). Uma crítica em linhas até certo ponto paralelas, de uma perspectiva que se poderia chamar de marxista lacaniana, encontra-se em Žižek (1999, cap. 6).

disso, sua erosão de formas anteriores de dominação “torna possíveis formas de domínio sobre circunstâncias de vida que não estavam disponíveis nas circunstâncias pré-modernas”. Liberado da tutela da tradição e da família, o eu [*self*] se torna “um projeto reflexivo pelo qual o indivíduo é responsável” (GIDDENS, 1991, p. 192, 75). Giddens rejeita as reservas expressas pelos “críticos esquerdistas” sobre

o novo individualismo. A auto-realização, a realização do potencial, não seriam apenas formas de um discurso terapêutico, ou de auto-indulgência dos afluentes? Podem ser, obviamente, mas vê-las como nada mais que isso é deixar de perceber um mar de mudança nas aspirações das pessoas. O novo individualismo anda de mãos dadas com pressões no sentido de uma maior democratização (Id., p. 37).

Mesmo eliminando-se a suspeição de que essa defesa do “novo individualismo” pode proporcionar uma conveniente legitimação teórica da busca do apoio eleitoral das classes médias conservadoras inglesas [*Middle England*], fica-se ainda com a questão de saber se a “liberdade como autonomia” envolve mais do que escolhas individuais. Em especial, teria aumentado na “modernidade recente” o controle democrático sobre o contexto objetivo dessas escolhas? Não faz parte do argumento de Giddens que isso tenha ocorrido. Pelo contrário, ele retoma um dos principais temas de Beck – a saber, que a humanidade se encontra confrontada com riscos imprevistos e sem precedentes, decorrentes de seus esforços por controlar a natureza –, dando-lhe, no processo, uma interpretação peculiar:

Risco refere-se a perigos que procuramos enfrentar e avaliar ativamente. Em uma sociedade como a nossa, orientada para o futuro e saturada de informações, o tema do risco combina muitas áreas de política que, de outra forma, seriam incompatíveis: reforma do Estado do bem-estar social, engajamento com os mercados financeiros mundiais, respostas à mudança tecnológica, problemas ecológicos e transformações geopolíticas. Todos necessitamos da proteção contra o risco, mas também da capacidade de confrontar a assumir riscos de maneira produtiva (Id., p. 64).

Há duas características interessantes nessa explanação. A primeira é que ela faz da administração do risco o tema unificador da política contemporânea. Todos os grandes problemas – ou, mais propriamente, a maioria deles, a menos que se suponha a redução da pobreza e da desi-

gualdade como abrangida pela “reforma do Estado de bem-estar social” – transformam-se em questões de avaliação de risco. É difícil não ver isso como, na verdade, uma des-ideologização da política, na medida em que esta é reduzida a uma forma de solucionar problemas. Não é de admirar que Giddens inclua entre os valores da terceira via o “conservadorismo filosófico”, o qual prescreve, entre outras coisas, “uma atitude pragmática no que concerne a lidar com a mudança” (Id., p. 68). Os fantasmas de Daniel Bell e, naturalmente, de Harold Wilson espreitam, não muito longe, no pano de fundo.

Em segundo lugar, ao ampliar a categoria de risco, Giddens desloca seu foco da preocupação de Beck com as conseqüências ambientais da interferência humana na natureza. É digno de nota que no alto da lista das atividades de risco esteja o “engajamento com os mercados financeiros mundiais”. Em outro ponto, Giddens faz dos mercados de investimento o exemplo primordial do que ele denomina “*ambientes institucionalizados de risco* que afetam as oportunidades de vida de milhões” (Id., 1991, p. 124-5). Incluindo, dessa forma, os movimentos do capital financeiro sob a categoria geral do risco, ele obscurece distinções que é importante manter. Toda e qualquer sociedade concebível que aceite as conquistas científicas e tecnológicas da modernidade ocidental dos últimos três séculos continuará a intervir em larga escala no mundo físico. Tais intervenções inevitavelmente produzirão conseqüências não-previstas com efeitos negativos tanto sobre a humanidade como sobre a natureza, embora faça parte do argumento do planejamento socialista que a substituição da acumulação competitiva de capital pelo controle coletivo e democrático dos recursos produtivos minimizaria essas conseqüências.

Naturalizando as finanças

Esse tipo de risco é, na verdade, inerente a qualquer processo de trabalho e, portanto, faz parte do que Marx denomina “a perpétua condição imposta pela natureza à existência humana”, conquanto seu perfil tenha indubitavelmente se elevado desde a Revolução Industrial (MARX, 1976, p. 290). Não obstante, trata-se de uma forma de risco significativamente diferente das que surgem nos mercados financeiros. Neste caso, o problema decorre do fato de que o crédito financeiro sob o capitalismo estimula o desenvolvimento de mercados altamente móveis para ativos financeiros cujas flutuações podem empobrecer não simplesmente alguns dos que especulam com eles,

mas, muito mais seriamente, países e regiões inteiras – como mostra com muita clareza o resultado do colapso financeiro asiático – e mesmo ajudar a precipitar depressões globais, como em 1929-31 – e talvez em 1998-9. Ao classificar as oscilações dos mercados financeiros na categoria geral do risco, Giddens nos convida a vê-las também como características trans-históricas da existência humana. Num estilo que a crítica de Marx à economia política clássica tornou familiar, o capitalismo – do qual os mercados financeiros são, certamente, uma característica central – torna-se uma segunda natureza, o horizonte inescapável da vida social no mundo moderno.

Para chegar a essa conclusão, Giddens não se fia simplesmente na subreptícia identificação entre o trans-histórico e o contingente. “Ninguém tem sequer alternativas ao capitalismo”, afirma, “os argumentos que se mantêm dizem respeito a até que ponto, e de que maneiras, o capitalismo deveria ser regulado” (GIDDENS, 1999, p. 43-4). Nesses argumentos, Giddens situa-se firmemente no campo dos que advogam a regulação relativamente robusta dos mercados financeiros em particular. Mas seus comentários sobre questões econômicas combinam uma extrema imprecisão com a tendência acima referida de interpretar os fatos não como são, mas como gostaria que fossem. Assim, em escritos anteriores, ele ataca o socialismo por se valer de “um modelo ‘cibernético’ da vida social”, segundo o qual “um sistema (no caso do socialismo, a economia) pode ser mais bem organizado sendo subordinado a uma inteligência diretiva (o Estado)”. Esse modelo não pode funcionar nos sistemas “altamente complexos” da modernidade recente, que “dependem de uma grande quantidade de insumos para sua coerência (fornecidos por uma multiplicidade de determinações de preços, de produções e decisões locais em situações de mercado)” (Id., 1994, p. 24).

Como aponta Perry Anderson, essa linha de argumentação lembra a crítica de Hayek ao planejamento (ANDERSON, 1994, p. 40-1). Mas Hayek sustentava que eram exatamente as características dos mercados que os tornavam a forma ótima de organização econômica – em particular, o papel dos preços relativos ao transmitir aos atores as informações necessárias para que tomassem decisões racionais –, excluía toda e qualquer intervenção do Estado na vida econômica. Essa afirmação é precisamente característica do “fundamentalismo de mercado”, que constitui um dos principais objetos do ataque de Giddens. Contudo, ele não oferece nenhuma explicação sobre como uma concepção hayekiana de economia de mercado pode ser combinada

com as panacéias políticas do neo-keynesianismo contemporâneo – por exemplo, o imposto Tobin, sobre a especulação financeira internacional, e o estabelecimento de “um Conselho de Segurança Econômica nas Nações Unidas” – que ele endossa como meio de controle nos mercados financeiros (GIDDENS, 1999, p. 150-1).

À parte a questão da coerência teórica ou, na verdade, dos méritos dessas propostas, a discussão de Giddens sobre a economia global é amplamente prejudicada por seu malogro em considerar sejam os obstáculos contrapostos ou as forças passíveis de serem mobilizadas em apoio às medidas por ele advogadas. Surpreendentemente, na obra de um teórico cujos primeiros escritos preocupavam-se em conceptualizar a natureza e as diferentes modalidades da dominação social, *A terceira via* não apresenta nenhum exame das estruturas de poder altamente desiguais no mundo contemporâneo¹². Contudo, mesmo que a natureza da “modernidade recente” fosse realmente tal que tornasse obsoleta a crítica socialista clássica, qualquer esforço sério no sentido de um pensamento *estratégico* para a Esquerda teria ainda, por certo, que atentar sistematicamente para a distribuição de poder prevalecente. Como Giddens não o faz, seu intento de “renovar” a social democracia parece quase frívolo. Um cínico poderia concluir que as relações de dominação deixam de ser visíveis para aqueles que decidiram aceitá-las.

Pierre Bourdieu: a civilização contra o mercado

Voltando-se para Bourdieu, tem-se a impressão de entrar em um mundo diferente. Os cenários dos textos ocasionais reunidos em *Contre-feux* não são os seminários da Casa Branca sobre a Terceira Via, mas congressos das federações sindicais alemã e grega, ou contextos mais conflagrados – as proximidades da *Gare de Lyon*, em um comício durante as greves do setor público em 1995, e a *École Normale Supérieure* ocupada pelo movimento dos desempregados, em janeiro de 1998. Trata-se de escritos de um intelectual que se tornou *engagé* no velho sentido sartreano.

Informando essas intervenções, como sugere o subtítulo do livro, encontra-se uma apaixonada polêmica contra o neoliberalismo. Muitos dos mesmos processos discutidos por Giddens figuram também neste caso – por exemplo, a integração global dos mercados financeiros, e várias formas de

¹² Este argumento é desenvolvido, em uma resenha altamente favorável, por Paul Hirst (1998).

individualização. Porém, agora, vistos não como fatalidades inescapáveis, mas antes como forças destrutivas às quais é preciso resistir. A globalização não é uma realidade, mas um mito, “um mito no sentido forte do termo, um discurso poderoso, uma ‘idéia força’, uma idéia que possui força social, que assegura a crença. Ela é a arma principal contra as conquistas do Estado do bem-estar social”. De fato, os que resistem às políticas prescritas por esse mito estão lutando, como o fazem os grevistas de novembro-dezembro de 1995, “contra a destruição de uma *civilização* associada à existência dos serviços públicos, a da igualdade republicana de direitos, direitos à educação, à saúde, à cultura, à pesquisa, à arte, e, acima de tudo, ao trabalho” (BOURDIEU, 1998d, p. 39, 30).

O neoliberalismo é, portanto, menos uma doutrina ou uma ideologia do que um projeto político para a reconstrução da sociedade. Bourdieu dirige seu ataque aos intelectuais que se empenham em transformar as assertivas neoliberais em incontestes senso comum: “na França e na Inglaterra, empreendeu-se um constante esforço, reunindo intelectuais, jornalistas e homens de negócios, para impor como auto-evidente uma visão neoliberal que, no essencial, reveste como racionalizações econômicas as mais clássicas pressuposições do pensamento conservador de todos os tempos e todas as nações”. Essa “revolução conservadora”, entretanto, diferentemente da empreendida por intelectuais nacionalistas como Carl Schmitt e Ernst Jünger na Alemanha de Weimar, não apela para o passado. Ela “parece não ter nada da antiga Floresta Negra pastoral dos revolucionários conservadores dos anos 1930; ela se enfeita com todos os símbolos de modernidade. Não vem ela de Chicago?” (Id., p. 34-5, 41).

Um contraponto radical

Conquanto haja muito de tipicamente francês nas filípicas de Bourdieu – ponto ao qual retornarei mais adiante –, sua crítica do neoliberalismo tem uma carga explosiva universal. Ele descreve o “pensamento *Science-Po*”, que suplantou o “pensamento *Mao*” entre os intelectuais franceses durante a “restauração cultural” dos anos 1970 e 1980, como “uma ciência social reduzida a *expertise* de noite de eleição e a comentário negligente sobre descuidadas pesquisas de mercado”¹³. É difícil não se lembrar aqui do clima intelectual do

¹³ “...une politologie de soirée électorale et à un commentaire sans vigilance de sondages commerciaux sans méthode”, cf. Bourdieu (1998b, p. 15). (Em francês no original, N.T.).

círculo próximo de Blair – do regime de Millbank Tower, onde a elaboração de políticas públicas se reduz à manipulação dos grupos focais, ao empenho pela mobilização de assessores de comunicação, e ao êxito na aquisição de uma consultoria lucrativa.

Dessa forma, onde Giddens consente em tornar-se um dos poucos ornamentos intelectuais desse meio, Bourdieu se coloca em frontal oposição a tudo o que ele representa. Assim fazendo, reverte o triste lugar-comum do intelectual radical que se move para a direita à medida que envelhece – um exemplo disso é considerado por ele em uma desdenhosa avaliação da evolução de Philippe Sollers de uma versão do maoísmo, na moda no pós-1968, para o apoio às ambições presidenciais de Edouard Balladur em 1995 (Id., p. 18-20). “Quanto mais velho fico, mais me sinto empurrado contra a ordem vigente”, disse Bourdieu a um entrevistador de televisão, há não muito tempo¹⁴. Não é de surpreender, por conseguinte, que ele tenha rapidamente surgido como um dos principais oponentes franceses à guerra da OTAN contra a Sérvia¹⁵.

O ativismo de Bourdieu é tanto mais significativo quanto caminha em sentido contrário ao que Sunil Khilnani qualifica como “o mais dramático e decisivo realinhamento nas afiliações políticas dos intelectuais franceses ocorrida nos últimos tempos” – nomeadamente, seu completo abandono do marxismo e da política de esquerda durante a segunda metade dos anos 1970 (KHILNANI, 1993, p. 121). Como diz Daniel Bensaïd, “[ao] voltar seu capital simbólico e cultural contra o discurso dominante da habilidade técnica e da competência, ao opor ‘a um efeito de autoridade outro efeito de autoridade’, ao afastar-se de estratégias de dominação para servir aos dominados, ele legitima um discurso de resistência” (BENSAÏD, 1998, p. 69). Para seu tormento, Bourdieu foi demonizado, particularmente por aquele setor da intelectualidade francesa que, vinte anos atrás, fez as pazes com o capitalismo liberal.

Como explicar esse contraste entre as trajetórias políticas recentes de Bourdieu e Giddens? É tentador invocar o impacto das greves francesas de 1995. Sem dúvida, a recente experiência de exitosa resistência coletiva ao neoliberalismo afetou significativamente o clima político francês, permitindo a reabilitação eleitoral de um Partido Socialista que houvera sido

¹⁴ Citado no *Le Monde*, em 8 de maio de 1998.

¹⁵ Ver a carta assinada por Bourdieu e outros intelectuais, em *Le Monde*, 31 de março de 1999.

virtualmente demolido nos últimos anos de um regime corrupto e cínico de Mitterrand, e exigindo de seus líderes que apresentassem suas políticas como significativamente à esquerda da Terceira Via de Blair-Clinton. Esse padrão é muito diferente do que caracterizou a Grã-Bretanha, onde a memória da derrota dos mineiros em sua greve de 1984-85 foi um fator crítico que possibilitou à liderança do *Labour Party* lançar o processo de “modernização” que culminou na ascensão de Blair.

Em louvor da sociabilidade proletária

O primeiro dos textos de *Contre-feux* data, entretanto, de 1991. O período novembro-dezembro de 1995 no máximo ajudou a solidificar uma posição que já vinha tomando forma, assim como a provê-la de audiência entre os recém-radicalizados. A preocupação em entender as diferentes formas de dominação foi, certamente, um dos principais temas dos escritos de Bourdieu desde os anos 1960. Isso fica evidente no foco sobre a “violência simbólica”, i.e., sobre os mecanismos através dos quais a dominação é dissimulada pela “conversão do capital econômico em capital simbólico, a qual produz relações de dependência que possuem uma base econômica, mas são mascaradas sob um véu de relações morais” (BOURDIEU, 1990b, p. 118). Uma notável passagem de *A distinção* sinalizava sua identificação com os “camponeses e trabalhadores industriais” cuja “ética de indulgência convivial” representava uma rejeição tácita da “nova ética da sobriedade em favor da esbeltez, mais valorizada no nível superior da hierarquia social”. Dar maior importância ao presente, desfrutar dos bons tempos enquanto durem, e recusar-se a deferir a gratificação por medo de tempos ruins no futuro, representavam “uma afirmação da solidariedade para com os outros”. De fato, Bourdieu celebrava o “café da classe operária” como “um local de companheirismo” (BOURDIEU, 1984, p. 179, 181, 183).

Não obstante, é justo dizer que, no conjunto, essas simpatias permaneceram em grande medida implícitas em escritos que estudaram os processos de violência simbólica principalmente a partir do alto: assim, *A distinção* está em ampla medida preocupada com as lutas entre frações da burguesia para converter seus recursos – diferentemente compostos por capital econômico e capital cultural – em capital simbólico, e, no processo, perpetuar a subordinação da classe trabalhadora. Nos anos recentes, entretanto, essa abordagem geral foi reorientada por uma preocupação crescente com os *efeitos* sobre

os dominados das estruturas de poder existentes, e especialmente com o “sofrimento social” causado pelas políticas neoliberais, inflexão que aparece marcadamente na obra coletiva *A miséria do mundo* (1993).

Há, contudo, um notável hiato entre essa reorientação do foco da obra de Bourdieu e o aparato conceptual que ele mobiliza em resposta ao desafio neoliberal. Mais especificamente, o que é digno de nota é a ausência de qualquer coisa que corresponda a uma elaborada análise das transformações nas estruturas econômicas e relações de classe que estão por trás desse desafio. Há, na verdade, três elementos na crítica de Bourdieu. Em primeiro lugar, como vimos, o neoliberalismo é descrito como um projeto político, uma tentativa de transformar em realidade social os teoremas da economia neoclássica:

Em nome desse programa de conhecimento científico convertido em um programa político de ação, empreende-se um imenso *trabalho político* (rechaçado, porque em aparência puramente negativo) que visa criar as condições para a realização e funcionamento da ‘teoria’; um *programa para a destruição metódica dos coletivos* (a economia neoclássica desejando reconhecer apenas indivíduos [...]).(BOURDIEU, 1984, p. 109-10).

Em segundo lugar, é oferecida certa descrição dos grupos em cujo interesse funciona a implementação desse programa – “corretores de valores, operadores financeiros, industrialistas, políticos conservadores ou social-democratas convertidos às abdições (sic: *démissions*) de responsabilidades do *laissez-faire*, autoridades superiores do Tesouro”. E, finalmente, são registrados e analisados os efeitos desse programa. Um dos principais temas de Bourdieu, aqui, é a insegurança (*précarité*) como uma dimensão fundamental da experiência do trabalho no final do século XX. Uma variedade de fatores – por exemplo, o desemprego em massa, o crescimento da terceirização [*contract labour*] e da produção flexível, a “*desterritorialização da empresa*” agora liberta de qualquer vinculação específica à região e à nação – assegurou que essa “insegurança esteja em toda parte hoje em dia”; a “insegurança objetiva mantém uma insegurança subjetiva generalizada que, hoje, no coração da economia avançada, afeta a maioria dos trabalhadores, mesmo os que não foram, ou ainda não foram, diretamente atingidos”. Na verdade, isso é parte de “um *modo de dominação* de um novo tipo, baseado na instituição de uma generalizada e permanente condição de insegurança

que visa compelir os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração” (Id., p. 110, 95, 96-7, 99).

A ciência econômica e a economia das práticas

Bourdieu pinta um retrato constrangedor de algumas das transformações que o mundo social vem sofrendo atualmente. Suas análises sobre a estrutura da insegurança que assombra o local de trabalho contemporâneo contrastam agudamente com a naturalizada e a conceituação despolitizada de “risco” em Giddens. Entretanto, e isso talvez não seja de surpreender, aqueles aspectos do quadro que mais ecoam as preocupações permanentes de Bourdieu são preenchidos com o maior detalhamento. Desse modo, sua descrição do esforço neoliberal para atualizar a economia neoclássica relembra discussões anteriores sobre o “efeito teoria” [*theory-effect*], a suposta capacidade das teorias sociais para reconstruir a realidade segundo a sua própria imagem: “Estou começando a me perguntar, cada vez mais, se as estruturas sociais de hoje não seriam as estruturas simbólicas de ontem, e se, por exemplo, a classe tal qual se a observa não é, em alguma medida, o produto do efeito teórico da obra de Marx”. De fato: “O mundo social é cada vez mais habitado pela sociologia reificada. Os sociólogos do futuro (mas isso já é verdadeiro para nós) descobrirão, cada vez mais, na realidade que venham a estudar, os produtos sedimentados de seus predecessores” (Id., 1990, p. 18, 54)¹⁶.

Esta concepção da relação entre teoria e prática precisa ser vista no contexto da visão mais ampla de Bourdieu sobre a sociedade como constituída por campos nos quais os agentes competem por bens materiais e simbólicos escassos. A posse de uma teoria passível de ser transformada de um “programa de conhecimento” em um “programa de ação” pode propiciar uma importante vantagem nessa luta competitiva. Mas, embora Bourdieu reconhecidamente desenvolva uma “economia de práticas” geral, na qual os recursos disponíveis para os agentes são classificados como diferentes tipos de capital (especialmente econômico, cultural e simbólico), a economia ela mesma tende a ser tomada simplesmente como um suposto, e permanece não analisada em sua obra.

Essa é uma estratégia perfeitamente legítima em estudos dedicados, por exemplo, ao consumo e à produção de obras de arte – respectivamente, A

¹⁶ Ver também id., p. 129, sobre “efeito teoria”.

distinção e As regras da arte –, mas torna-se altamente problemática quando aquilo que Bourdieu denomina “a economia no sentido restrito de economicidade [*economism*]” passa a ocupar o centro do palco (Id., 1996, p. 369). Sua explanação sobre as forças motrizes econômicas do neoliberalismo nunca se eleva acima do perfunctório ou do jornalístico – por exemplo, a espécie de lista de beneficiários, acima mencionada. Ele não faz nenhum esforço para relacionar o projeto de livre mercado a qualquer transformação estrutural da economia capitalista, como as discutidas nas várias teorias de pós-fordismo, acumulação flexível, capitalismo desorganizado etc., levantadas e contestadas por analistas marxistas e *marxizantes* ao longo da última década e meia.

Ao invés disso, ficamos com um sentido de neoliberalismo como um programa imposto por elites externas à sociedade que elas estão procurando transformar. Algumas vezes, essas elites aparecem literalmente como uma força estrangeira. Um dos textos mais irados em *Contre-feux* está dedicado à crítica de um discurso do presidente do *Bundesbank*, Hans Tietmeyer, exigindo austeridade fiscal e flexibilização do trabalho com vistas a preparar a Europa para o Euro (Id., 1998c, p. 51-7). Ainda assim, apesar das muito ocasionais aparências em contrário – por exemplo, o objetivo expresso no subtítulo do livro, de auxiliar a “resistência à invasão neoliberal” –, Bourdieu não manifesta qualquer interesse em defender a integridade da nação francesa. Pelo contrário, ele revela um poderoso comprometimento com o internacionalismo e uma ardente hostilidade ao racismo e à xenofobia – por exemplo, considerando os candidatos presidenciais de 1995 como, em sua maioria, deixando a desejar em sua postura quanto aos direitos dos estrangeiros na França, e denunciando o malogro do governo Jospin em revogar as leis racistas de imigração, de autoria de Pasqua e Debré, aprovadas por seus predecessores (Id., p. 21-4, 93-4)¹⁷.

Defendendo a civilização

Contudo, o contraste entre as elites invasoras e a civilização que elas buscam destruir sugere que esta última constitui uma normalidade violada pelo neoliberalismo. São centrais para essa civilização, como vimos, o seu compromisso com o serviço público e sua dependência de formas de organização e de ação coletivas. Na verdade, é a persistência dessa civilização

¹⁷ “Le sort des étrangers comme Schibboleth” e “Ces ‘responsables’ qui nous déclarent irresponsables” (em francês no original, N.T.).

que mantém algum tipo de ordem social coesa apesar das conseqüências destrutivas das políticas neoliberais:

a transição para o “liberalismo” ocorre de maneira imperceptível, como o deslocamento dos continentes, assim ocultando da observação seus mais terríveis efeitos de longo prazo. Efeitos que se encontram também dissimulados, paradoxalmente, pelas resistências que ele provoca, aqui e agora, da parte daqueles que defendem a velha ordem e se utilizam dos recursos que ela abriga, dos modelos ou práticas jurídicas de assistência e de solidariedade que ela oferece, do *habitus* que ela promove (entre enfermeiras, assistentes sociais, etc.), em suma, das reservas de capital social que protegem uma ampla parcela da presente ordem social de cair na anomia (Id., p. 117-8).

Bourdieu, na verdade, imagina uma reversão dialética na qual as forças resistentes às políticas neoliberais, estigmatizadas como defensoras conservadoras e arcaicas de interesses especiais pelos defensores do plano Juppé de “reformas” na seguridade social, estopim das greves de 1995 – a luta entre o Novo e o Velho Trabalho na Grã-Bretanha assumiu, naturalmente, uma forma retórica similar – possam se tornar os portadores de uma nova ordem social fundada sobre as realizações da velha civilização ameaçada. De “forças de ‘conservação’, que é demasiado fácil tratar como forças conservadoras”, os oponentes do neoliberalismo podem se transformar em “forças subversivas”:

e se, assim, se pode preservar alguma razoável esperança, esta é a de que existam, nas instituições estatais e também na disposição dos agentes (notavelmente dos mais vinculados a essas instituições, a pequena nobreza estatal) forças que, sob a aparência de simplesmente defender, como estão sendo imediatamente acusadas, uma ordem em vias de desaparecimento, precisam de fato, para resistir quando submetidas a teste, trabalhar para inventar e construir uma ordem social que não tenha como única lei a busca de interesses egoísticos e a avidez pelo lucro, e que encontrará um lugar para coletivos orientados para a *busca racional de objetivos elaborados e aprovados coletivamente*. Entre esses coletivos, associações, sindicatos, partidos, como não abrir um espaço especial para o Estado, um Estado nacional ou, melhor ainda, um Estado supranacional (um passo em direção a um Estado mundial), capaz de efetivamente controlar e tributar os lucros realizados nos mercados financeiros; capaz também, e sobretudo, de frustrar a ação destrutiva que estes exercem sobre o mercado de trabalho, organizando, com o auxílio dos sindicatos, a elaboração e a defesa do *interesse público*... (Id., p. 118-9).

Citei um tanto extensamente essa última passagem porque ela apresenta uma das poucas explicações relativamente detalhadas oferecidas por Bourdieu com relação a sua alternativa preferida às políticas neoliberais. Em outra parte, ele propõe várias medidas mais específicas à escala europeia – salário mínimo; ação contra a corrupção, contra a evasão de impostos, e contra o *dumping* social; direitos sociais comuns permitindo uma renda mínima para os desempregados, direito ao emprego e à habitação; bem como o desenvolvimento de “uma *política comum de investimentos* conforme ao interesse geral” e radicalmente diferente da orientação para a maximização dos lucros de curto prazo desfrutada pelos mercados financeiros. Essas medidas buscam

romper com o fatalismo do pensamento neoliberal, “des-fatalizar” pela politização, substituindo a economia naturalizada do neoliberalismo por uma economia de bem-estar (*bonheur*) que, baseada em iniciativas e vontade humanas, inclui em seus cálculos os custos do sofrimento e os lucros da auto-realização, ignorados pelo culto estritamente economicista da produtividade e lucratividade (Id., p. 74-6).

Parece-me justo dizer que esse programa, e a visão de ordem social que ele implica, se ajustariam muito facilmente à corrente principal do pensamento social-democrático europeu. Em particular, a concepção do Estado como meio de submeter os mercados ao controle público certamente se tornou, desde Keynes, uma parte central da tradição social-democrática. Conquanto haja sido rejeitado pelo Novo Trabalhismo, o keynesianismo foi, pelo menos em parte, reabilitado intelectualmente na Grã-Bretanha graças, notavelmente, aos esforços de Will Hutton e Larry Elliot, e teve um poderoso defensor, na arena europeia, na pessoa de Oskar Lafontaine, durante seu breve mandato no Ministério de Finanças alemão (HUTTON, 1995; ELLIOT & ATKINSON, 1998; LAFONTAINE, 1998).

Limites da ação estatal

Entretanto, apesar dessa revivescência keynesiana – também estimulada pela reação política ao colapso econômico asiático e suas conseqüências globais –, qualquer política concebida para regular e controlar o mercado com base na intervenção estatal precisa enfrentar uma série de questões desafiadoras. Algumas das mais importantes giram em torno da viabilidade do Estado nacional

em uma era de globalização econômica: em especial, teria a maior mobilidade internacional do capital dinheiro tornado ineficazes as políticas keynesianas de administração da demanda? Bourdieu tacitamente reconhece a dificuldade ao fazer da Europa sua área preferida de elaboração de políticas:

se é possível lutar-se contra o Estado nacional, é necessário defender as funções “universais” que ele desempenha e que também podem ser desempenhadas, se não mais bem, por um Estado supranacional [...], relativamente autônomo de forças econômicas internacionais e de forças econômicas nacionais, e capaz de desenvolver a dimensão social das instituições européias (BOURDIEU, 1984, p. 47).

Mas isto levanta outras questões, posto que o curso atual da construção européia, pelo menos desde o início dos anos 1980, tem sido direcionado a um maior fortalecimento do neoliberalismo, como Bourdieu de fato admite em suas polêmicas contra o *Bundesbank*. Sua projeção do mito francês do Estado republicano como corporificação do interesse geral para a escala européia tem pouca relação com a realidade de uma União Européia atravessada por conflitos nacionais e tensões sociais (CALLINICOS, 1998).

Bourdieu insiste em que, não obstante, “os dominados têm interesse em defender o Estado, especialmente em seu aspecto social”. Isso é justificado com fundamento em que

o Estado é uma realidade ambígua. Não é possível contentar-se com dizer que ele é um instrumento dos dominantes. Sem dúvida, o Estado não é completamente neutro, completamente independente dos dominantes, mas possui uma autonomia que é maior na medida em que é mais antigo, em que é mais forte, em que tem registradas em suas estruturas as conquistas sociais mais importantes, etc. Ele é o lugar [*site*] dos conflitos (por exemplo, entre os ministérios de finanças e os ministérios responsáveis pelos gastos nas áreas dos problemas sociais) (BOURDIEU, 1984, p. 46, 39).

Essa concepção do Estado como um lugar de luta potencialmente autônomo lembra notavelmente o último livro de Nicos Poulantzas, *Estado, poder e socialismo*. Como Poulantzas, Bourdieu precisa enfrentar a questão de haver ou não limites estruturais à capacidade do Estado de responder às pressões vindas de baixo (BARKER, 1979). Esta é uma questão particularmente importante quando prevalecem governos social-democratas na maior parte da União Européia, havendo sido conduzidos ao poder, nos dois casos mais importantes, da Alemanha

e da França, pela repulsa popular ao neoliberalismo. Como o próprio Bourdieu observa, tais governos são particularmente vulneráveis a mercados financeiros receosos de suas políticas (BOURDIEU, 1998b, p. 44-5). As crises financeiras de fato se revelaram o escolho em que muitos programas social-social democratas soçobraram, como mostrou a experiência dos governos trabalhistas britânicos em 1931, 1947-49, 1964-67, e 1974-76, bem antes da maior integração dos mercados financeiros nos últimos vinte anos.

A resistência que um governo de esquerda pode despertar foi vigorosamente ilustrada recentemente pela campanha exitosa levada a efeito pelas grandes empresas alemãs, pelos bancos centrais europeus e pelos tablóides britânicos, para forçar Lafontaine a deixar o cargo. Mas, como também confirma a experiência de numerosos ministérios social-democratas, essa resistência ocorre dentro do próprio Estado, especialmente em seus altos escalões. Somos aqui confrontados com a clássica questão com que o movimento trabalhista internacional contendeu ao longo do século passado – a saber: é o Estado liberal parlamentar um instrumento confiável de transformação social?

Novos movimentos em um velho terreno

A esses problemas de política e estratégia podem ser acrescentadas questões teóricas. A “economia do bem-estar” de Bourdieu procura dar uma atenção explícita a dimensões da existência humana – em especial a experiências de sofrimento e de auto-realização – que não encontram lugar algum na economia neoclássica. Mas, como devem essas experiências ser ponderadas contra os cálculos monetários de lucros e perdas privilegiados por uma economia de mercado? A incansável polêmica de Bourdieu contra as tendências quantificadoras da economia neoliberal deixa claro que ele não acredita que qualquer métrica possa ser utilizada nessa ponderação. Se o quantitativo e o qualitativo são, assim, incomensuráveis, de que maneira devem o público e o privado, o Estado e o mercado, serem articulados na “economia do bem-estar”? E em que medida, se é que em alguma, essa economia do bem-estar implica um movimento na direção de uma economia planejada?

Bourdieu precisa, pois, enfrentar as mesmas questões que, como vimos acima, Giddens não consegue tratar satisfatoriamente. Trata-se de questões amplas e difíceis que têm sido ventiladas nos últimos anos, por exemplo, na controvérsia sobre o socialismo de mercado. Em defesa de Bourdieu, certa-

mente se poderia dizer que não seria razoável esperar que ele – nessa que, afinal de contas, é antes uma coleção de textos ocasionais do que um tratado teórico – trate essas questões complexas e, às vezes, de fato desconcertantes. Essa é uma resposta perfeitamente justa, mas há, não obstante, duas boas razões para levantar essas questões. Em primeiro lugar, aludir a elas serve para destacar que a trajetória política de Bourdieu levou-o ao terreno dos debates clássicos sobre teoria e estratégia socialista. Colocando-se nessa oposição pública e sistemática à ortodoxia do livre mercado, ele efetivamente ingressou em uma arena onde lhe podem ser legitimamente colocadas as questões que levantei. A menos que possa efetivamente tratar dessas questões, o desafio por ele lançado ao neoliberalismo estará seriamente enfraquecido.

Em segundo lugar, a postura que Bourdieu ostentou ao longo de anos, de ocupar uma posição teórica situada fora das principais tradições da teoria social, constitui antes um obstáculo do que um auxílio. Em particular, ele desdenhosamente rejeitou qualquer tentativa de situá-lo com respeito aos debates entre o marxismo e a tradição sociológica clássica. Assim, em face da pergunta “você se sente marxista quando fala sobre lutas simbólicas, ou se sente weberiano?”, ele respondeu: “Eu nunca pensei nesses termos” (BOURDIEU, 1990a, p. 27). É, ademais, manifesto que ele se preocupou especialmente em distanciar-se do marxismo, rejeitando-o como “a tradição mais economicista que conhecemos” (BOURDIEU & EAGLETON, 1992, p. 114).

A dificuldade com essa postura é que Bourdieu agora embarcou no que se é tentado a chamar de uma crítica da economia política. E o fato é que esta já foi feita antes. Assim, seus ataques ao neoliberalismo por naturalizar as relações econômicas e apresentá-las como autônomas das ações humanas lembra, inevitavelmente, a teoria de Marx sobre o fetichismo da mercadoria. Contudo, Bourdieu trata o marxismo e o neoliberalismo como exemplos do mesmo “fatalismo economicista” baseado na “fetichização das forças produtivas” (BOURDIEU, 1998d, p. 126). Mesmo que se assuma uma visão muito severa dos traços deterministas no materialismo histórico, é simplesmente insustentável usar essa avaliação para descartar todo o conjunto do marxismo, e especialmente a teoria do modo capitalista de produção. Fazê-lo permite a Bourdieu aparentar uma posição de radical novidade teórica e política. Entretanto, quaisquer que tenham sido os frutos que essa postura rendeu a seus escritos sociológicos, seu efeito, na luta em que embarcou agora, é o de privá-lo de precioso – tender-se-ia a dizer essencial – capital intelectual.

Figuras de intelectual

Estas críticas não têm a intenção de diminuir o valor do inteiramente bem-vindo e amplamente benéfico novo ativismo de Bourdieu. Esse ativismo – juntamente com a trajetória contrastante de Giddens – convida à reflexão sobre as diferentes figuras de intelectual e as formas de participação política (ou aparente não-participação) que elas acarretam. A imagem sartreana do intelectual politicamente engajado foi, compreensivelmente, descartada nos anos recentes, particularmente em consequência de um repúdio em larga escala do marxismo na vida cultural francesa, o qual fez de Paris, no início dos anos 1980, “a capital da reação intelectual européia”, como disse Perry Anderson (ANDERSON, 1983, p. 32).

Foi nesse clima que Foucault anunciou o desaparecimento do “intelectual universal” que “falava e era reconhecido como com direito a falar na condição de mestre da verdade e da justiça. Era ouvido, ou pretendia fazer-se ouvir, como porta-voz do universal”. Esse intelectual estava sendo substituído pelo “intelectual especializado”, cujo envolvimento político decorria de sua competência específica no moderno aparelho de “poder-conhecimento”. Assim, “magistrados e psiquiatras, médicos e assistentes sociais, técnicos de laboratório e sociólogos tornaram-se capazes de participar, tanto no interior de seus próprios campos como através do intercâmbio e apoio mútuo, em um processo global de politização dos intelectuais” (FOUCAULT, 1980, p. 126-7). A ironia é que o próprio Foucault tornou-se precisamente o tipo de “intelectual universal” de que ele havia anunciado o canto do cisne, muito embora as causas políticas às quais emprestou seu prestígio hajam gradualmente deslizado das causas esquerdistas amadas pela ultra-maoísta *Cause du Peuple*, no imediato pós-1968, passando pelos movimentos das prisões, em meados dos anos 1970, e, nos últimos anos que antecederam sua morte em 1984, para os iranianos islamitas e os grevistas poloneses¹⁸.

Que figuras alternativas de vida intelectual a cultura anglofônica tem a oferecer? Já foram amplamente comentados o declínio dos intelectuais de grande penetração, capazes de discutir assuntos sérios importantes em linguagem acessível a um público não-especializado, e a predominância de uma academia imensamente expandida por enigmáticos dialetos técnicos que ajudam a distanciá-la da sociedade inclusiva¹⁹. O já falecido Isaiah Berlin

¹⁸ Ver as atividades registradas, por exemplo, na Parte III de Eribon (1991).

¹⁹ Ver especialmente Jacoby (1987).

representou um dos raros casos de intelectuais daquele primeiro tipo que sobreviveu nos anos 1990. Sua função, todavia, foi antes a de tranquilizar do que a de desafiar o *establishment* –ou, mais precisamente, como nem mesmo seu biógrafo autorizado pode ocultar, a de engajar-se em um processo de mútuo reconforto entre o descendente de rabinos de um vilarejo judeu [*shtetl*] e uma classe alta inglesa filistéia e anti-semita, que o acolheu por oferecer a confirmação erudita e eloqüente do que ela já sabia, ou seja, de que seus valores eram os melhores na praça (IGNATIEFF, 1998)²⁰.

Uma figura contemporânea muito mais influente é a do intelectual voltado para as questões de políticas públicas do *mid-Atlantic** americano, conhecido em Washington pelo menos desde os governos de Kennedy e Johnson nos anos 1960, mas agora também a do acomodado freqüentador de Whitehall, que se beneficiou da revolução thatcherista e de sua continuidade com Blair. O tipo é facilmente reconhecível – desde o colaborador de periódicos em grande medida devotados a proporcionar um indulgente tédio centrista (vêm à mente *Foreign affairs* e *Prospect*), até os institutos ou grupos de pesquisa e assessoria que infestam o debate contemporâneo sobre políticas públicas, e os seminários e conferências em que o espectro de desacordo se estende em grande medida entre os que querem deixar efetivamente intocada uma estrutura social injusta e os que desejam torná-la ainda mais injusta. Uma maneira de sumariar a atual posição de Giddens é dizer que ele está correndo o risco de se tornar exatamente um desses intelectuais.

A invenção de Zola

Em contraste, Bourdieu claramente não tem tempo para intelectuais desse tipo. Em *As regras da arte* (1992), ele oferece uma análise característica do “intelectual universal” clássico, argumentando que essa figura tornou-se possível pelo desenvolvimento da literatura como um “campo de produção” autônomo, particularmente como resultado das atividades de Flaubert e Baudelaire, tanto enquanto críticos como enquanto modelos, durante o Segundo Império. Mas, foi Zola quem desempenhou o papel decisivo na “invenção do intelectual”. Através de sua intervenção no Caso Dreyfus,

²⁰ Essa afirmação não visa diminuir a importância de sua contribuição como historiador intelectual.

* N.T. – região dos EUA que compreende os estados situados na porção intermediária da costa atlântica. Geralmente, são considerados “mid-Atlantic states” os estados de Delaware, Maryland, Virgínia, New York, Pennsylvania e New Jersey.

ele construiu, como uma escolha deliberada e legítima, a postura de independência e dignidade apropriada a um homem de letras, colocando seu próprio tipo de autoridade a serviço de causas políticas. Para realizá-lo, Zola necessitou produzir uma figura nova, ao inventar, para o artista, uma missão de subversão profética, inseparavelmente intelectual e política (BOURDIEU, 1996, p. 130, 129).

O que é específico a essa forma de intervenção na vida pública é ela implicar não que o cultural se subordine ao político, mas antes que o primeiro alcance a completa independência. “Deste modo, paradoxalmente, é a autonomia do campo intelectual que torna possível o ato inaugural de um escritor que, em nome das normas pertencentes ao campo literário, intervém no campo político, constituindo-se, assim, como intelectual” (Id., p. 130). É a realização de Zola como romancista – como seria, mais tarde, a de Sartre como escritor e filósofo, e a de Foucault como historiador filosófico – que lhe proporciona a autoridade para intervir, além dos limites do campo literário, na política.

A conclusão de *As regras da arte* deixa claro que Bourdieu oferece mais do que uma explicação histórica ou sociológica de uma forma particular de conexão entre o intelectual e a vida pública. Na passagem seguinte, ele generaliza essa explicação:

os intelectuais são figuras bi-dimensionais que existem e subsistem apenas (e tão somente) se investidos com uma autoridade específica, conferida pelo mundo intelectual autônomo (isto é, independente do poder religioso, político ou econômico) cujas leis específicas são por eles respeitadas, e apenas (e tão somente) se empregam essa autoridade específica nas lutas políticas. Longe de existir, como costumeiramente se acredita, uma antinomia entre a busca pela autonomia (que caracteriza a arte, a ciência ou a literatura que denominamos “puras”) e a busca pela eficácia política, é aumentando sua autonomia (e, por conseguinte, sua liberdade para criticar os poderes prevaletentes) que os intelectuais podem aumentar a eficácia de sua ação política, cujos fins e meios têm sua origem na lógica específica dos campos da produção cultural (Id., p. 340)²¹.

²¹ No curso de sua argumentação, como deixam claro esta citação e as que a precedem, Bourdieu tacitamente generaliza, a partir do caso da literatura, que proporciona o foco da Parte I de *As regras da arte*, mais histórica e empírica, para a concepção de campos de produção cultural, que inclui tanto as ciências como as artes em geral. Ele não considera os obstáculos a tal generalização decorrentes, por exemplo, do fato de que os critérios de êxito ou fracasso, mesmo se específicos aos campos particulares, são, nas ciências, governados por uma norma tácita de verdade, à qual, se pode dizer, a autonomização modernista da arte pretendeu exatamente escapar.

Mas “a autonomia dos universos de produção cultural” é agora ameaçada pela “cada vez maior interpenetração entre a arte e o dinheiro”. Este perigo nos aproxima das preocupações de Bourdieu em seus escritos políticos mais recentes. A resposta que ele advoga envolve a reabilitação da figura do intelectual universal, desta vez para preservar a autonomia da produção cultural, da qual (usualmente) deriva sua autoridade. O que se requer é uma “*realpolitik* da razão”, “um corporativismo do universal”, no qual os intelectuais se mobilizem para defender o próprio campo cultural: “os produtores culturais não encontrarão um lugar próprio no mundo social a não ser que, sacrificando de uma vez por todas o mito do “intelectual orgânico” (sem cair no mito complementar do mandarim isolado de tudo), concordem em trabalhar colaborativamente para a defesa de seus próprios interesses” (Id., p. 344, 348).

Autonomia e prática

Na verdade, as intervenções políticas mais recentes de Bourdieu pautaram-se muito mais pelo padrão do modelo Zola-Sartre do que pelo “corporativismo do universal” proposto em *As regras da arte*. O que preocupa Bourdieu em *Contre-feux* é antes a conservação de toda uma civilização do que meramente a autonomia dos campos de produção cultural. A feroz controvérsia pelos meios de comunicação, provocada pelas intervenções políticas de Bourdieu, envolveu acusações de seus críticos de que ele e seus colaboradores estariam buscando reabilitar uma concepção desacreditada, mesmo “stalinista”, de intelectual, juntamente com uma acusação mais recôndita de “terrorismo sociológico”²².

²² Ver, por exemplo, os elementos dessa contenda relatados em Bérout et al. (1997, p. 44-7); e *Le Magazin Littéraire*, outubro de 1998, para um dossiê de textos basicamente críticos. Gérard Mauger, em um artigo interessante, embora algo hagiográfico, proporciona um relato detalhado da concepção de intelectual em Bourdieu. Ele procura distanciá-lo de Sartre, enfatizando, em vez disso, as continuidades entre Bourdieu e Foucault. Assim: “O apelo por ‘um corporativismo do universal’ está dirigido a ‘intelectuais especializados’: artistas, escritores ou acadêmicos, reconhecidos em seus próprios domínios, que intervêm no campo político em nome das habilidades e valores associados com sua obra”, cf. Mauger (1995, p. 8). Mas se, de acordo com Bourdieu, a autoridade pública dos intelectuais deriva de suas posições no interior de campos culturais autônomos, eles intervêm politicamente “em nome de uma forma particular de universalismo ético e científico que pode servir de fundamento não apenas para uma espécie de magistério moral, mas também para uma mobilização coletiva para lutar pela promoção desses valores”, cf. Bourdieu (1996, p. 342). Como mostra claramente essa passagem, citada por Mauger, Bourdieu ainda vê os intelectuais como “porta-vozes do universal”, conforme as palavras de Foucault.

A despeito das ressonâncias muito especificamente francesas da análise de Bourdieu, pode-se pensar em correlatos anglófonos. Assim, é impossível separar a detalhada e implacável crítica de Noam Chomsky ao imperialismo americano da autoridade nele investida por sua fundamental reconstrução da teoria lingüística. O radicalismo político tem sido uma característica consistente da carreira de Chomsky; um notável contraste é propiciado pela transformação de Harold Pinter, poeta do silêncio e da crueldade sutil, no batalhador engajado contra a convivência ocidental com as violações de direitos humanos ao redor do mundo. Contudo, se não faltam referentes ao modelo de intelectual de Bourdieu, ele é, não obstante, problemático em outros aspectos.

A dificuldade crítica surge da velha questão da relação entre teoria e prática. Em que medida as análises teóricas do intelectual estão sujeitas a escrutínio crítico com respeito a suas implicações para a prática política? E como deve o próprio intelectual ser responsabilizado por suas intervenções públicas? Na explicação de Bourdieu, os dois domínios – o da vida intelectual e o da vida política – só se encontram na própria pessoa do intelectual. O rigor da crítica pertence ao domínio do campo autônomo da produção cultural. São as realizações nesse campo que propiciam o fundamento para a atenção na esfera pública – portanto, a autoridade *política* do intelectual deriva do extrapolítico, onde sua audiência política não está habilitada a compreendê-lo a não ser que ela própria seja adequadamente qualificada.

Isso é, por certo, insatisfatório. Não há dúvida de que é preciso ser bem versado nos arcanos da teoria lingüística para poder contestar competentemente a teoria da gramática transformacional de Chomsky. Mas os seus argumentos políticos são certamente acessíveis à crítica de todos aqueles capazes de engajar-se na esfera pública – um grupo em princípio co-extensivo com o conjunto da população adulta. Bourdieu parece não vislumbrar um domínio no qual a vida intelectual e a vida pública se encontrem para tematizar questões específicas ao político, um domínio em que o discurso político possua sua própria racionalidade.

Em sua própria prática, Bourdieu procurou desenvolver a concepção de um “intelectual coletivo”. Em dezembro de 1995, juntamente com colaboradores mais jovens, fundou o grupo *Raisons d’agir*, que empreendeu um ambicioso programa de pesquisa e publicação militante. Todavia, *Raisons d’agir* reproduz a separação entre intelectuais e política presente nos textos

mais teóricos de Bourdieu. Por um lado, ele defende “os movimentos sociais que se desenvolveram desde 1995” contra o que Bourdieu denominou “a *troika* Blair-Jospin-Schröder” (BOURDIEU, 1998a). Por outro lado, Christophe Charle advoga, em nome de *Raisons d’agir*, “uma dupla opção por uma abordagem fundada na razão, o que não exclui a adesão a valores, e por uma autonomia crítica” (CHARLE, 1998). De modo similar, Gérard argumenta em prol de “um intelectual coletivo autônomo, que se esforça para resistir a todos os intentos de instrumentalização, livre em suas alianças como em suas críticas [...] Em nossas lutas por autonomia, [...] não é tanto uma questão de ‘manter as mãos limpas’ como de manter as mãos livres” (MAUGER, 1998).

Despolitizando o social?

Dois críticos simpáticos a Bourdieu e seus colaboradores observam que sua insistência no intelectual autônomo pode contribuir para despolitizar os movimentos sociais:

os intelectuais livres e os puros ativistas dos movimentos sociais [...], tão desconfiados da dimensão política das lutas sociais, talvez venham a compreender que, dessa forma, contribuem por omissão para a aceitação resignada da decomposição social-liberal da Esquerda. Confinando-se a apenas procurar influenciar [*lobbying*], eles de fato se curvam frente à divisão do trabalho, paradoxalmente legitimando os partidos dominantes (os únicos ‘interlocutores válidos’) e cedendo-lhes o monopólio da representação política. No longo prazo, não poderia a extrema Direita beneficiar-se desse afastamento impotente da ação política? (BENSAÏD & CORCUFF, 1998).

Esse desdém pela política pode refletir o pessimismo subjacente que informa a sociologia de Bourdieu. Para ele, os campos sociais são constituídos pela luta incessante por recursos materiais e simbólicos escassos:

cada estado do mundo social é, pois, não mais do que um equilíbrio temporário, um momento na dinâmica através da qual é constantemente quebrado e restaurado o ajustamento entre distribuições e classificações incorporadas ou institucionalizadas. A luta, que é o próprio princípio da distribuição, é inextricavelmente uma luta para a apropriação de bens raros e uma luta para impor a maneira legítima de perceber as relações de poder manifestadas pela distribuição, uma representação que, através

de sua própria eficácia, pode ajudar a perpetuar ou subverter essas relações de poder (BOURDIEU, 1990a, p. 141)²³.

Qualquer subversão da forma prevalecente de dominação, no entanto, apenas produz uma nova forma capaz de impor exitosamente sua auto-representação. No marxismo, “a capacidade de resistência, como uma capacidade da consciência, foi superestimada [...] quando vemos com nossos próprios olhos pessoas vivendo em condições de pobreza – como as que existiam, quando eu era um jovem acadêmico, entre o proletariado local, os trabalhadores das fábricas – fica claro que elas estão preparadas para aceitar muito mais do teríamos acreditado” (BOURDIEU, 1990a, p. 141). Com as massas assim aprisionadas na *doxa*, o intelectual se torna o portador indispensável da crítica²⁴.

Esta é o que veio a ser uma concepção muito tradicional do intelectual radical, exemplificada pela Escola de Frankfurt em seus primeiros tempos. Mas há outras figuras de intelectual. Bourdieu e seus colaboradores rejeitam a concepção de Gramsci sobre o partido socialista revolucionário como o intelectual orgânico da classe trabalhadora. Há, sem dúvida, muito a ser debatido quanto a essa idéia. Todavia, em um aspecto essencial, ela é superior à de Bourdieu. Para Gramsci, teoria e prática são apreendidas em um diálogo constante, no qual a prática intelectual, ao invés de pertencer ao domínio exclusivo da produção cultural, e, através de sua integração à atividade política mais ampla, é continuamente submetida a teste e, por conseguinte, criticamente examinada e revisada. Por conta disso, a organização política é, como diz Lukács, “a forma de mediação entre teoria e prática”, o lugar em que o teórico é publica e coletivamente responsabilizado, e em que a atividade prática é submetida à crítica racional (LUKÁCS, 1971, p. 299).

²³ Discussão adicional sobre a teoria social de Bourdieu pode ser encontrada em Callinicos (1999, p. 287-95), e em “Autour de Pierre Bourdieu”, um número especial de *Actuel Marx*, 20 (CALLINICOS, 1996).

²⁴ O livro mais recente de Bourdieu, *La domination masculine*, de 1998, mostra certa inflexão dessa posição. Nesse ensaio, ele justifica a altamente controversa tentativa de interpretar a opressão das mulheres como um exemplo de dominação simbólica, apelando para “o universalismo que, particularmente através do direito de acesso à totalidade dos objetos, é uma das bases da República das ciências” (BOURDIEU, 1998e, p. 123, n. 4). Ao mesmo tempo, contudo, Bourdieu sustenta que “a análise da homossexualidade pode levar a uma *política* (ou a uma *Utopia*) da sexualidade que procure diferenciar radicalmente a relação sexual de uma relação de poder” (p. 131), e que o movimento de liberação de lésbicas e gays deve estar “na vanguarda [...] de movimentos políticos e científicos subversivos” (p. 134). Essa avaliação, que parece implicar uma visão mais positiva sobre os prospectos de subverter pelo menos algumas relações de dominação, levanta questões de amplo alcance e demasiado complexas para serem tratadas aqui.

A prática do movimento socialista internacional durante o presente século, tanto em sua forma stalinista como social-democrata, esteve por certo bastante distante desse modelo de organização partidária proporcionado pelos marxistas hegelianos dos anos 1920. Seja como for que expliquemos *este* contraste entre teoria e prática, a invocação de Gramsci e Lukács, neste caso, serve ao menos para sublinhar o argumento anteriormente desenvolvido: o de que o envolvimento de Bourdieu na luta contra o neoliberalismo levou-o ao terreno dos debates socialistas clássicos sobre teoria e estratégia.

A velha questão

De fato, apesar das muitas diferenças entre as atuais intervenções políticas de Bourdieu e de Giddens, chama a atenção que ambos precisam enfrentar um conjunto de questões notavelmente similar – preocupadas, teoricamente, com a relação entre mercado e planejamento e, politicamente, com os limites estruturais impostos pelo capital às atividades dos estados, mesmo os liberal-democráticos. Isso sugere que o problema com que se defronta a social-democracia é menos o de como “renová-la” ou “reinventá-la”, mas antes a questão que a perseguiu desde o princípio: até que ponto as estruturas do capitalismo podem tolerar qualquer melhora sustentada na posição relativa da maioria trabalhadora?

A queda espetacular de Lafontaine ofereceu uma dura advertência sobre os limites dessa tolerância. Como diz o *Financial Times*, “os dirigentes da indústria alemã pediram sua cabeça”²⁵. A Esquerda pode responder a este revés, como a reverses anteriores, através de um de dois caminhos. O primeiro é o de adaptar-se à ordem existente, buscando melhoras marginais infladas por uma retórica de auto-ilusão. Esse é, na essência, o adotado por Giddens: há algo de simbólico no fato de que Gerhard Schröder tenha sabido da renúncia de Lafontaine quando se dirigia a um seminário para assinalar a publicação da edição alemã de *A terceira via* (HUTTON, 1999). Alternativamente, pode-se buscar identificar e fortalecer as forças capazes de desafiar as estruturas da dominação capitalista. Bourdieu parece estar tateando em direção a esta segunda opção. Para efetivamente caminhar nesse sentido, será preciso que ele se engaje seriamente com a tradição marxista revolucionária.

²⁵ *The Financial Times*, 13 de março de 1999.

Referências bibliográficas

- ALBERT, Michel. (1993), *Capitalism against capitalism*. Londres: Whurr Publr.
- ANDERSON, Perry. (1983), *In the tracks of historical materialism*. Londres: Verso.
- _____. (1994), “Power, politics, and the Enlightenment”. In: MILIBAND, David. *Reinventing the left*. Cambridge: Polity Press.
- BARKER, Colin. (1979), “A ‘new’ reformism?”. *International Socialism*, n.º. 4.
- BECK, Ulrich. (1992), *Risk society*. Londres: Sage.
- BENSAÏD, Daniel. (1998), “Désacraliser Bourdieu”. *Le magazine littéraire*, p. 69.
- _____. & CORCUFF, Philippe. (1998), “Le diable et le Bourdieu”. *Libération*.
- BÉROUD, Sophie et al. (1997), *Le mouvement social en France: essai de sociologie politique*. Paris: Syllepse.
- BOURDIEU, Pierre. (1984), *Distinction*. Londres: Routledge.
- _____. (1990a), *In other words*. Cambridge: Polity Press.
- _____. (1990b), *The logic of practice*. Cambridge: Polity Press.
- _____. (1996), *The rules of art*. Cambridge: Polity Press.
- _____. (1998a), “Pour une gauche de gauche”. *Le Monde*.
- _____. (1998b), *Contre-feux: propos pour servir à la résistance contre l’invasion néo-libérale*. Paris: Editions Raisons d’Agir.
- _____. (1998c), “La pensée Tietmeyer”. In: _____. *Contre-feux: propos pour servir à la résistance contre l’invasion néo-libérale*. Paris: Editions Raisons d’Agir, p. 51-7.
- _____. (1998d), “A reasoned utopia and economic fatalism”. *New Left Review*, n.º. 227.
- _____. (1998e), *La domination masculine*. Paris: Seuil.
- _____. & EAGLETON, T. (1992), “Doxa and common life”. *New Left Review*, n.º. 191.
- CALLINICOS, Alex. (1985a), “Anthony Giddens: a contemporary critique”. *Theory and Society*, n.º. 14.
- _____. (1985b), “Contradictions of European monetary union”. *Economic and Political Weekly*.
- _____. (1996), “Autour de Pierre Bourdieu”. *Actuel Marx*, n.º. 20.
- _____. (1999), *Social theory*. Cambridge: Polity Press.
- CHARLE, Christophe. (1998), “Apprendre à lire, réponses à quelques critiques”. *Le Monde*.

- ELLIOT, Gregory. (1999), "Via dollaro\$a". *Radical philosophy*, n° 94.
- ELLIOT, Larry & Atkinson, Dan. (1998), *The age of insecurity*. London: Verso.
- ERIBON, Didier. (1991), *Michel Foucault*. Cambridge: Harvard University Press.
- FOUCAULT, Michel. (1980), *Power/knowledge*. Brighton: Harvester Press.
- GIDDENS, Anthony. (1990), *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity Press.
- _____. (1991), *Modernity and self-identity*. Cambridge: Polity Press.
- _____. (1994), "Brave new world". In: Miliband, D. *Reinventing the left*. Cambridge: Polity.
- _____. (1999), *The third way: the renewal of social democracy*. Cambridge: Polity.
- HIRST, Paul. (1998), "Not for the faint-hearted". *New Times*.
- HUTTON, William N. (1999), "The last days of Oskar". *The Observer*.
- _____. (1995), *The state we're in*. London: Jonathan Cape.
- IGNATIEFF, Michael. (1998), *Isaiah Berlin*. Londres: Chatto & Windus.
- JACOBY, Russell. (1987), *The last intellectuals*. New York: Basic Books.
- JUDT, Tony. (1993), *Past imperfect*. Berkeley: University of California Press.
- KHILNANI, Sunil. (1993), *Arguing revolution: the intellectual left in postwar France*. New Haven.
- LAFONTAINE, Oskar. (1998), "The future of German social democracy". *New Left Review*, n° 227.
- LUKÁCS, Georg. (1971), *History and class consciousness*. Londres: Merlin Press.
- MARX, Karl. (1976), *Capital*. v. I. Harmondsworth: Penguin.
- MAUGER, Gérard. (1995), "L'engagement sociologique". *Critique*, n° 589-590, p. 8.
- _____. (1998), "Ce qui échappe aux procureurs de Pierre Bourdieu". *Le Monde*.
- RUNCIMAN, Walter G. (1998), "Diary". *London Review Of Books*.
- SARTRE, Jean-Paul. (1960), *Critique de la raison dialectique*, I. Paris: Éditions Gallimard.
- WRIGHT, Erik Olin. (1983), "Giddens's critique of marxism". *New Left Review*, n° 138.
- ŽIŽEK, Slavoj. (1999), *The ticklish subject*. Londres: Verso.